

Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil¹

Raphael Fernando Diniz
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Campus
de Presidente Prudente/SP – FCT/UNESP – Bolsista de Doutorado FAPESP
raphaelfd@ufmg.br

Antonio Nivaldo Hespanhol
Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente/SP – FCT/UNESP
nivaldo@fct.unesp.br

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas diversos estudos têm sido publicados no campo disciplinar da Geografia, especialmente na área de Geografia Agrária, sobre o processo de modernização da base técnica da agricultura brasileira e seus efeitos no campo e nas cidades, com conclusões que evidenciam o caráter excludente, discriminatório e desigual desse processo e seus altos custos ambientais, culturais e sociais.

Muitas vezes, os esforços de análise se concentram na compreensão dos fenômenos de produção e (re)organização do espaço rural, na crítica às externalidades socioambientais decorrentes do uso indiscriminado de insumos energéticos e na reflexão sobre a emergência de movimentos sociais de contestação e luta por um novo modelo de desenvolvimento.

No entanto, pouca atenção tem sido dedicada ao papel desempenhado pelos agentes sociais, instituições e políticas públicas de *assistência técnica e extensão rural* – ATER – que têm destacada importância na consolidação do processo de alteração das bases técnica e econômica da agropecuária.

Criada no fim da década de 1940 sob a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR – e instituída com base no modelo norte-americano de *difusão de inovações* (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998), a extensão rural exerceu a função de assistência técnica e financeira com o propósito de disseminar as inovações tecnológicas produzidas em centros de pesquisa e experimentação, atuando como principal interlocutora entre estes centros e os produtores rurais. Ao longo de mais de

¹ O artigo é parte das discussões construídas no projeto de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP – Campus de Presidente Prudente, intitulado “Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento? A assistência técnica e extensão rural e as políticas de desenvolvimento dos territórios rurais no Vale do Jequitinhonha Mineiro”, apoiado financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Processo número: 2013/25725-8.

cinco décadas, o extensionismo esteve em consonância com os propósitos do paradigma desenvolvimentista, buscando assegurar a reprodução das relações capitalistas de produção no campo através da modernização das atividades agropecuárias e da introdução de uma nova racionalidade de produção, mais especializada e pragmática.

Desse modo, diante do protagonismo exercido pela extensão rural no projeto de modernização do espaço rural brasileiro, torna-se relevante analisar os processos de instituição, territorialização e crise do extensionismo no país, buscando compreender como os agentes e as políticas públicas extensionistas criaram novas *verticalidades* que serviram de vetor para a entrada da racionalidade hegemônica do capitalismo global no campo brasileiro (SANTOS, 2008[1996]).

Neste sentido, o artigo foi construído com o propósito de estabelecer tais reflexões a partir de um olhar geográfico, procurando apreender de que forma os agentes e políticas públicas extensionistas contribuíram para a criação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008[1996]) nos espaços rurais do país, para a aceleração e racionalização das dinâmicas espaço-temporais nas atividades agropecuárias e, por conseguinte, para a hegemonia das relações de produção capitalistas nestes espaços.

Ademais, diante da crise vivenciada pelo paradigma desenvolvimentista no fim do século XX e, por conseguinte, com a emergência de outros paradigmas de desenvolvimento neste período, buscou-se compreender como a extensão rural tem se adaptado a estas mudanças, seja através da criação de novas políticas públicas mais coerentes com o contexto em que se inserem ou por meio da adoção de novos enfoques, filosofias e princípios para a prática extensionista no trabalho de campo.

Para consecução destes objetivos foram realizadas análises de documentos oficiais sobre as políticas de extensão rural no país e, complementarmente, leituras de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos, livros etc.) com investigações sobre o estado da arte do extensionismo no campo brasileiro.

O artigo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais, sendo que na primeira apresentamos o processo histórico de instituição, territorialização e crise do extensionismo rural, e na segunda discutimos as estratégias criadas para a superação da crise vivenciada nas décadas de 1980-1990, culminando no início do século XXI com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER – (2004) e com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER – no ano de 2013.

DIFUNDIR-INOVAR PARA MODERNIZAR: INSTITUCIONALIZAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E CRISE DA ATER NO BRASIL – 1950-1990

No início do período pós-II Guerra diversos estudos encomendados pelo Estado brasileiro diagnosticaram a agricultura nacional como um setor atrasado, com baixo grau de incorporação tecnológica e incapaz de atender à crescente demanda urbana por alimentos e matérias primas, o que impunha uma série de impedimentos ao macroprojeto de modernização da economia brasileira² (GONÇALVES NETO, 1997; HESPANHOL, 1997; DELGADO, 2001).

Buscando superar o “atraso tecnológico” no campo e, por conseguinte, impulsionar o desenvolvimento urbano-industrial do país foram criadas diversas medidas a partir da década de 1950 com o intuito de estimular a adoção de insumos químicos e mecânicos nas atividades agropecuárias, visando, desse modo, modernizar este setor e promover o aumento da produtividade de alimentos e matérias primas.

No entanto, como naquele período havia certa resistência por parte dos agricultores à adoção de inovações tecnológicas, pois muitas vezes as mudanças realizadas implicavam em gastos elevados e incertezas quanto ao retorno dos investimentos, tornou-se necessário criar órgãos de assistência técnica e financeira que deveriam orientar e induzir estes sujeitos à utilização do pacote tecnológico desenvolvido por universidades, centros de pesquisas e empresas privadas (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998; GONÇALVES NETO, 1997).

Neste sentido, a partir da década de 1950, e ao longo das décadas seguintes, foram criadas diversas *associações de crédito e assistência rural* – ACAR – nos estados brasileiros, entidades civis sem fins lucrativos que prestavam serviços de extensão rural e elaboravam projetos técnicos para o acesso dos agricultores ao crédito subsidiado, principal instrumento de política agrícola entre as décadas de 1960-1980 (GONÇALVES NETO, 1997; HESPANHOL, 1997; DELGADO, 2001).

A criação dessas organizações ocorre com o forte apoio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico – AIA – (ligada à Fundação Rockefeller) durante o contexto geopolítico da Guerra Fria, quando a relação dialética de dependência/dominação exercida pelos norte-americanos na América Latina se intensifica, seja através de cooperações políticas, ajuda financeira ou intervenções

² É oportuno observar que esta era a visão do pensamento conservador da época, o qual possuía como um de seus principais expoentes o economista Antônio Delfim Netto. Em oposição, outros estudiosos, como Ignácio Rangel e Caio Prado Jr., argumentavam que a concentração fundiária e as injustas relações de trabalho eram as principais razões da crise agrária brasileira (GONÇALVES NETO, 1997; DELGADO, 2001).

militares, fortalecendo a Revolução *Verde* contra a ameaça da Revolução *Vermelha* (CAPORAL, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2004).

Ao final da década de 1950 os serviços de ATER já encontravam-se presentes na metade dos estados brasileiros, concentrados principalmente nas regiões sul e sudeste (em todos os estados destas regiões) e expandindo-se para os estados do nordeste (CE, PE, BA, RN, PB) e centro-oeste (GO), constituindo-se em um importante aparelho ideológico de educação para o progresso técnico e subordinação ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998).

A expansão da ACAR no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país, que passou a ser coordenado em 1956 pela *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural* – ABCAR, entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (CAPORAL, 1998).

Posteriormente, no início da década de 1960, ocorrem duas importantes manifestações de apoio do Estado brasileiro à ABCAR, declarando-a entidade de utilidade pública, por intermédio do decreto Nº 50.622, e reconhecendo-a como coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito Supervisionado, por meio do decreto Nº 50.632 sendo destinados recursos financeiros para a execução de seus serviços (sendo 60% por parte do governo federal e 40% dos governos estaduais). A partir deste momento a ABCAR passa a contar, formalmente, com o apoio financeiro do Estado e a subordinar-se às suas orientações para o desenvolvimento agrícola (CAPORAL, 1998).

À medida que estes órgãos passaram a atuar com maior eficiência na difusão de inovações tecnológicas e atender às diretrizes das políticas de desenvolvimento agrícola, o Estado passou a trazê-los para mais próximo de sua estrutura organizacional, exigindo que se submetessem ao seu controle hierárquico para que continuassem recebendo apoio financeiro da máquina pública (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998).

Com efeito, em meados da década de 1970, visando ampliar o seu poder de ação sobre o meio rural, através de um organismo forte, ágil, flexível e eficiente, o Governo Militar criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, que incorporou a ABCAR e seu patrimônio e se tornou o braço forte do Estado no campo (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998). Ao mesmo tempo, as ACARs se transformaram em Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERs, condição exigida para terem acesso às fontes de recursos da EMBRATER.

Por meio dessas mudanças, a EMBRATER se constituiu num poderoso instrumento de política agrícola, atuando de forma centralizada e vertical, por meio de uma prática alienante e domesticadora que visava disseminar a ideologia capitalista dominante para ampliar o processo de modernização das atividades agropecuárias e sua consequente subordinação aos complexos agroindustriais (CAPORAL, 1998).

Ocorre, então, através da prática extensionista, a instituição de eficientes relações de *verticalidades* (SANTOS, 2008[1996]) que serviam como vetores de uma racionalidade despótica, pragmática e determinante de uma nova ordem no campo, a serviço dos atores hegemônicos do capitalismo internacional, dos interesses da burguesia agrária e industrial e da oligarquia política nacional. Os agentes da extensão, neste contexto, atuavam como difusores das técnicas e conhecimentos hegemônicos, produzindo e reorganizando um novo e mais moderno espaço rural, onde as dinâmicas espaço-temporais das atividades produtivas se tornavam cada vez mais independentes dos fatores naturais e das normas tradicionais de sociabilidade rural, do saber-fazer camponês e das relações com os mercados locais.

Com efeito, tais agentes contribuíram para a produção de espaços rurais mais tecnicizados, cientificados e dependentes da informação para a reprodução ampliada dos capitais urbano-industrial-financeiro nas atividades agropecuárias. De um misto entre um meio natural e técnico, os espaços rurais nos quais a ação extensionista foi mais efetiva incorporaram-se ao *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2008[1996]).

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. (SANTOS, 2008[1996], p. 304).

No início da década de 1980, no entanto, o Estado brasileiro passou por uma profunda crise fiscal, que teve impactos diretos nas políticas de modernização agrícola até então adotadas (GONÇALVES NETO, 1997; HESPANHOL, 1997; DELGADO, 2001), e, conseqüentemente, no extensionismo rural (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1998). Neste período, constatou-se que, não obstante tenha alcançado importantes êxitos no campo, a modernização da agricultura se caracterizou como um processo extremamente desigual, discriminatório e perverso, beneficiando os grandes produtores, as regiões

mais desenvolvidas e as culturas de exportação, o que contribuiu para acentuar ainda mais a concentração fundiária e expulsar milhões de famílias do campo para a cidade.

Diante deste contexto, as críticas iniciadas por Paulo Freire (1983[1969]) ao modelo de “educação bancária” e “alienante” da extensão rural são acentuadas dentro e fora dos órgãos extensionistas, tendo em vista o papel subsidiário que desempenharam na consolidação do projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro. Inicia-se, então, um movimento de *repensar da extensão rural*, com propostas de profundas mudanças nas filosofias e metodologias de ação, buscando construir um extensionismo mais dialógico, participativo e democrático (CAPORAL, 1998).

Apesar de todos os esforços despendidos, este movimento sofreu um forte golpe no início da década de 1990, quando o Estado, orientado por políticas neoliberais, passa por um profundo processo de desmontagem do aparato de intervenções no meio rural (DELGADO, 2001), destacando-se o término do financiamento à ATER pública e a extinção da EMBRATER pelo Governo Collor, o que ocasionou a desorganização, enfraquecimento e desmonte do extensionismo público no país (CAPORAL, 1998).

Com efeito, a extensão rural passava a vivenciar uma crise sem precedentes em sua história, que afetou com maior intensidade os estados e municípios mais pobres do país (BRASIL, 2004).

Esta situação só viria a passar por um processo de reversão no início do século XXI, quando o Estado volta a assumir seu compromisso com a extensão rural a partir da construção de uma nova política pública extensionista, a qual buscou dar continuidade ao movimento de *repensar* instituído em meados da década de 1980 e propôs como eixo orientador da prática extensionista o *desenvolvimento sustentável* centrado no uso de metodologias participativas e voltado à agricultura familiar e à transição agroecológica. Inicia-se, a partir deste momento, uma nova fase da extensão rural no Brasil.

A ATER NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM ENFOQUE DIALÉTICO-DIALÓGICO E AGROECOLÓGICO NA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Após duas décadas em crise, o extensionismo ressurgiu no início do século XXI fortalecido e revigorado no âmbito das atenções governamentais para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Em um novo contexto político-econômico e socioambiental voltado à construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente incluyente, a extensão rural se viu diante do desafio de romper com o paradigma

convencional de *difusão de inovações* da Revolução Verde e substituí-lo por uma ação mais horizontal, democrática e baseada em novos paradigmas tecnológicos.

Para que estas mudanças viessem a ocorrer, foi necessário transferir a competência legal dos serviços de ATER do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA³, passando a ser coordenados pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER – da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF – (BRASIL, 2004).

A partir dessa mudança, deu-se início à construção de uma nova política pública extensionista no país, elaborada por meio de um processo democrático e participativo de consultas e debates entre órgãos governamentais, movimentos sociais e entidades de ATER. Foram formulados novos princípios e diretrizes para a construção de um extensionismo mais comprometido com os sujeitos alijados da *modernização conservadora* da agricultura e com a busca da sustentabilidade no campo.

Neste sentido, no início do ano de 2004 é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que propõe como objetivo norteador do extensionismo estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, buscando o fortalecimento da agricultura familiar através dos princípios da Agroecologia como eixo orientador de suas ações (BRASIL, 2004).

Constata-se, desse modo, que a PNATER se orienta por uma mudança radical nos enfoques teóricos, filosóficos e metodológicos que embasam o trabalho extensionista, propondo a ruptura com o extensionismo convencional fundado no paradigma *difusionista-inovador* (vertical e anti-dialógico) e estimulando o uso de metodologias participativas que contribuam para o empoderamento dos atores sociais, para o diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico e para a adoção de princípios da agroecologia e de suas bases epistemológicas (CAPORAL, 2006).

Objetiva-se, desse modo, construir uma relação mais *horizontal, dialética e dialógica* entre extensionistas e agricultores, instituindo e/ou fortalecendo *contra-racionalidades*⁴ que produzem espaços de *horizontalidades* onde uma lógica interna

³ É importante observar que, conforme aponta Hespanhol (2007), o MAPA é voltado para o apoio ao agronegócio brasileiro, enquanto que o MDA tem sob sua responsabilidade as políticas de apoio à agricultura familiar e reforma agrária, contando com um aporte orçamentário bem inferior ao concedido pelo Estado ao MAPA. Neste sentido, a transferência da coordenação de atividades de extensão rural do MAPA para o MDA demonstra uma primeira e relevante mudança na definição do público alvo do extensionismo no país: os agricultores familiares e não mais os agricultores patronais, como ocorrera durante o período da modernização conservadora.

⁴ De acordo com Santos (2008[1996]) estas *contra-racionalidades* se localizam entre os pobres e excluídos, nas atividades marginais e nos espaços menos modernos e mais “opacos”, tornados “irracionais” para usos hegemônicos. Ou seja, contextualizando este conceito ao novo extensionismo proposto pela PNATER, as *contra-racionalidades*

própria é constituída para atender, principalmente, às necessidades dos atores de um determinado espaço rural.

Desde 2004, o Governo Federal tem disponibilizado um crescente volume de recursos financeiros às entidades prestadoras de serviços de ATER, além de realizar inúmeras outras ações importantes para a implementação da PNATER, como por exemplo: 1) organização de conferências e seminários para dar ampla divulgação aos enfoques da política; 2) estabelecimento de parcerias com entidades envolvidas em atividades de capacitação de agricultores familiares; 3) realização de oficinas de nivelamento conceitual; 4) convênios com escolas agrotécnicas e universidades; 5) cursos de formação para agentes de extensão rural que trabalham com indígenas, extrativistas e quilombolas; 6) cursos de agroecologia, etc. (CAPORAL, 2006).

Em termos de recursos financeiros alocados para a implementação da PNATER, estudos realizados por Pettan (2010) demonstram que entre 2004 e 2009 foram aplicados aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em todo o território nacional, iniciando com R\$ 34,3 milhões e chegando em 2009 à quantia de R\$ 734 milhões. Dentre as regiões brasileiras, o nordeste foi a que recebeu o maior volume de recursos (R\$ 574 milhões), seguido pelo centro-oeste (R\$ 258 milhões), sul (R\$ 245 milhões), sudeste (R\$ 185 milhões) e norte (R\$ 175 milhões). Os dados evidenciam que houve inversão da política extensionista no país, que entre 1950-1990 privilegiou as regiões mais ricas e desenvolvidas (sul e sudeste) em detrimento das demais, o que resultou num processo de modernização extremamente seletivo, desigual e discriminatório (GONÇALVES NETO, 1997; HESPANHOL, 1997; DELGADO, 2001).

No ano de 2010 o governo federal reforçou ainda mais a PNATER, bem como o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, ao instituir a Lei número 12.188, datada de 11 de janeiro daquele ano, a qual tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Desde 2004 várias ações têm sido realizadas pelo MDA no sentido de implementar a PNATER em todo o território nacional, buscando dar prioridade aos agricultores familiares como público alvo da ATER e apoiar a transição agroecológica no campo, produzindo alimentos saudáveis de forma sustentável e com inclusão social.

estão presentes entre os agricultores camponeses/familiares marginalizados pela modernização conservadora, nas suas atividades tradicionais de cultivos alimentícios para o mercado interno e nos espaços rurais onde o meio técnico-científico-informacional ainda se encontra bastante ausente.

Não obstante todos os esforços realizados, ainda há um conjunto muito amplo de limites e desafios a serem superados para a construção de uma nova prática extensionista, conforme preconiza a PNATER.

Dentre estes limites, destaca-se a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Assistência Rural - ANATER - (Lei Nº 12.897/13), instituída no final de 2013 com a competência de promover e coordenar programas de ATER em integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, visando a *incorporação de inovações tecnológicas* pelos agricultores atendidos pelos serviços extensionistas⁵. Objetiva-se, através desta agência, elevar os índices de produção e produtividade no campo e, desse modo, melhorar as condições de renda e de vida dos produtores rurais.

A partir do discurso governista durante a criação da ANATER e das atribuições legais desta agência, destacando-se o estímulo à continuidade das práticas convencionais de difusão de pacotes tecnológicos nas atividades agropecuárias, percebe-se uma clara e problemática involução no processo de (re)construção de uma nova extensão rural no Brasil. Tal fato implica em sérios riscos aos avanços conquistados nesta última década para a adoção de um enfoque dialético-dialógico entre extensionista e agricultor familiar na busca pela transição agroecológica no campo, mostrando sinais de um retorno às velhas e insustentáveis práticas difusionistas e anti-dialógicas do extensionismo surgido no século passado.

Desse modo, constata-se que a criação da ANATER vem a representar os interesses de grupos hegemônicos de poder na manutenção de um modelo de extensionismo rural centrado na criação/fortalecimento de laços de dependência dos agricultores ao complexo agroindustrial, contribuindo para a sua intensa e contínua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro, propósitos totalmente divergentes daqueles defendidos pelas diretrizes da PNATER em 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo período de abandono e desmonte, a extensão rural volta a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil neste início do século XXI. Com o propósito de se construir um novo extensionismo voltado para os sujeitos sociais marginalizados pela *modernização conservadora* e segundo um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, a PNATER emerge como um

⁵ É importante destacar que a criação desta agência contou com o forte apoio e interferência de parlamentares ligados à “bancada ruralista”, como a Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que atuam em defesa dos interesses do agronegócio brasileiro.

importante marco orientador para o exercício de uma prática extensionista mais horizontal, democrática, dialética e dialógica visando a transição agroecológica nas atividades agropecuárias. No entanto, a criação da ANATER em 2013 vem a representar um sério impedimento aos objetivos da PNATER e, sobretudo, à busca de um modelo de desenvolvimento mais autônomo, incluyente e sustentável. Portanto, novos desafios são impostos à continuidade do processo de mudança institucional nos órgãos extensionistas do país, exigindo dos atores envolvidos neste processo uma maior mobilização e organização política na luta pela ruptura com um modelo de extensão rural que mostrou-se, por cinco décadas, dominador, alienante e excludente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010**. Brasília: Casa Civil, 2010.
- CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.
- _____. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, 2006. p. 9-34
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, p. 157-172, 2001.
- FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. 7ª ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983[1969]. Título original: *Extención o Comunicación?*
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960–1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 38-49, 1997.
- _____. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 179-198.
- PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1996].